



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA – 0003

[2501 a 3000 processos]

Entre os dias 9 e 13 do mês de abril de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR Número 5/2018, divulgado em 05/03/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – página 936). Presentes a Juíza Titular MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNER e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo ALEXANDRE CHEDID ROSSI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ARACOIABA DA SERRA, VOTORANTIM, SOROCABA
Lei de Criação:	5.926/43 (DL)
Data de Instalação:	31/08/1944
Data de Instalação do PJE:	12/03/2014
Data da Última Correição:	06/03/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	11 %
Acervo PJe/Acervo Total:	89 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNER	26/05/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
21/08/2017 a 19/09/2017	FERIAS
20/10/2017 a 18/11/2017	FERIAS
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS
14/02/2018 a 15/02/2018	FERIAS
16/02/2018 a 16/02/2018	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
19/02/2018 a 20/03/2018	FERIAS
21/03/2018 a 23/03/2018	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALEXANDRE CHEDID ROSSI	07/01/2017 a 19/12/2017
ALEXANDRE CHEDID ROSSI	08/01/2018 a 26/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
07/02/2018 a 08/03/2018	FERIAS

NOME	PERÍODO
ANGELA NAIRA BELINSKI	07/02/2018 a 11/03/2018
ANGELA NAIRA BELINSKI	12/03/2018 a 26/03/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO CESAR VICENTINI	21/08/2017 a 19/09/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA FLAVIA MAFRA TAVARES GONCALVES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	26/05/2006
ANGELICA PEREIRA DE CIAMPIS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	12/09/2006
CAROLINA CALDAS MATIELLI	TJA	-	19/04/2011
CLAUDINO FERREIRA PARAYBA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	20/08/2001
GERALDO BAPTISTA BENETTE	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/07/2012
LUCIANE CARVALHO DE OLIVEIRA	TJA	-	17/04/2006
MARIA CECILIA CAVALHEIRO SALGADO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	26/08/2002
PATRICIA DE LOLIO MACHADO MORGAM	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/07/1998
ROBSON KOMOTO DINIZ	TJA	-	22/01/2001
ROSILDA DE FATIMA SOUZA	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/07/1998
STEFANI MARTINS AMORIM BOLINA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	14/07/2016
VANESSA ARTUZO LEMES PAZ	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/07/2010
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	15
LICENÇA PARA DOAÇÃO DE SANGUE	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	502
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	15
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	4
TOTAL	537



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANA CAROLINA RAMOS	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	03/07/2017
ELIANE APARECIDA FLORIANO DA COSTA CRUZ	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	03/07/2017
FABRICIO SILVA DIAS	FACULDADE DE DIREITO DE SOROCABA - FADI	21/11/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALEXANDRE CHEDID ROSSI	15
MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNER	41



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.210	1.638	2.678
	Aguardando encerramento da instrução	1.205	1.050	1.261
	Aguardando prolação de sentença	184	183	271
	Aguardando cumprimento de acordo	668	483	568
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.932	1.750	2.094
	Pendentes de finalização		6.199	5.103
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	344	421	758
	Liquidados pendentes de finalização na fase	327	317	396
	Pendentes de finalização	671	739	1.155
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.535	1.240	1.822
	Encerrados pendentes de finalização na fase	123	108	84
	Pendentes de finalização	1.658	1.352	1.906
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	23	5
TOTAL		8.528	7.217	9.937

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.025	1.584	2.433
	Aguardando encerramento da instrução	1.614	1.089	1.585
	Aguardando prolação de sentença	70	167	245
	Aguardando cumprimento de acordo	245	394	416
	Solucionados pendentes de finalização na fase	5.519	4.778	6.288
	Pendentes de finalização		5.583	4.920
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	317	511	871
	Liquidados pendentes de finalização na fase	520	473	738
	Pendentes de finalização	761	821	1.210
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.606	1.176	1.770
	Encerrados pendentes de finalização na fase	725	620	624
	Pendentes de finalização	1.643	1.325	1.840
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	89	28
TOTAL		7.987	7.155	9.647



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	330	378	52
Exceções de Incompetência	12	12	7
Antecipações de Tutela	374	390	30
Impugnações à Sentença de Liquidação	38	53	32
Embargos à Execução	105	154	73
Embargos à Arrematação	1	0	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	8	8
TOTAIS	868	995	204

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	236	165	103
Exceções de Incompetência	23	7	12
Antecipações de Tutela	479	437	51
Impugnações à Sentença de Liquidação	42	13	52
Embargos à Execução	132	74	145
Embargos à Arrematação	2	1	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	9	1	11
TOTAIS	923	698	375



6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	881	1.007	107
Recurso Adesivo	105	118	17
Agravo de petição	75	68	31
Agravo de Instrumento	19	16	9
TOTAIS	1.080	1.209	164

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	626	519	179
Recurso Adesivo	39	34	20
Agravo de petição	51	31	22
Agravo de Instrumento	16	3	13
TOTAIS	732	587	234



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	666	268	224	336
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.015	504	397	569
Total / Média	2.681	445	353	501

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	649	263	232	350
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.793	522	412	595
Total / Média	2.442	453	364	521

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	249	30	25	35
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.074	41	39	57
Total / Média	1.323	39	36	51

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	91	249	217	364
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	308	283	238	383
Total / Média	399	275	233	378

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	538	1.772	1.965	2.037
Do início ao encerramento da execução - ente público	48	1.008	999	1.479
Total / Média	586	1.709	1.882	2.007

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	714	237	201	297
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.568	443	352	495
Total / Média	2.282	379	312	435

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	700	243	206	295
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.479	442	351	480
Total / Média	2.179	378	311	420

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	273	21	26	28
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	927	24	39	36
Total / Média	1.200	23	36	34

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	127	224	219	329
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	409	280	228	343
Total / Média	536	266	226	339

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	480	2.548	1.873	2.090
Do início ao encerramento da execução - ente público	29	1.938	1.224	1.702
Total / Média	509	2.513	1.802	2.068

*Do início até a extinção da execução

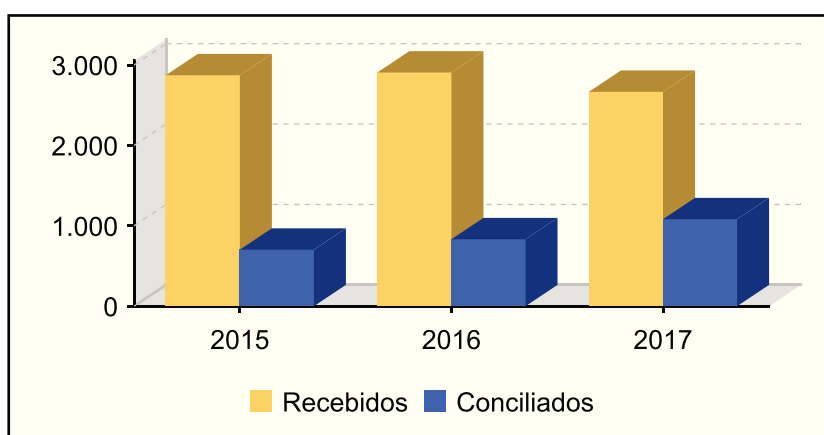


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

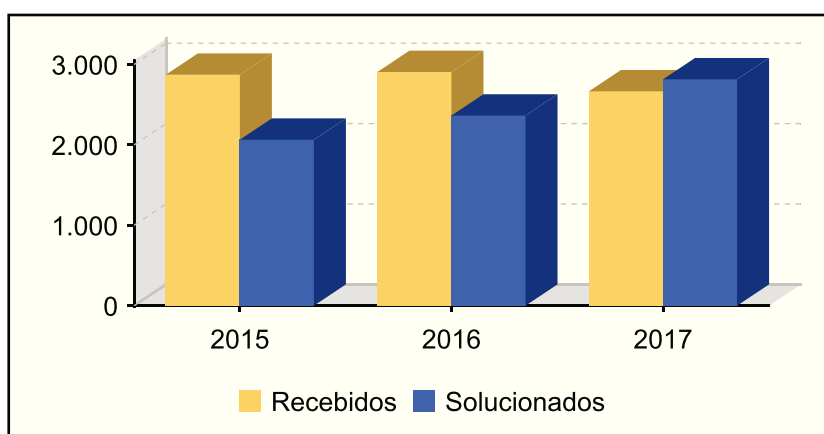
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.873	703	24,47
2016	2.907	833	28,65
2017	2.667	1.082	40,57



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.873	2.065	71,88
2016	2.907	2.365	81,36
2017	2.667	2.816	105,59



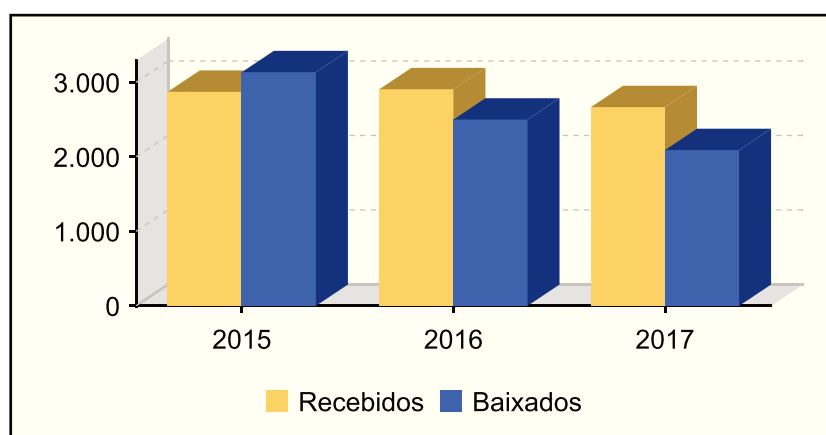


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

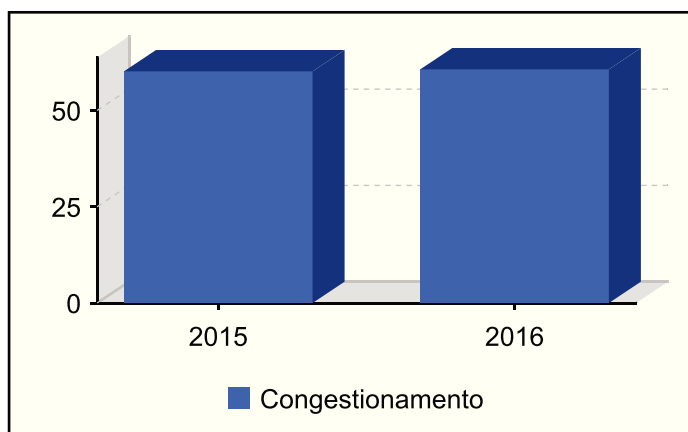
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.873	3.136	109,15
2016	2.907	2.500	86,00
2017	2.667	2.091	78,40



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.311	2.873	2.065	60,17
2016	3.109	2.907	2.365	60,69

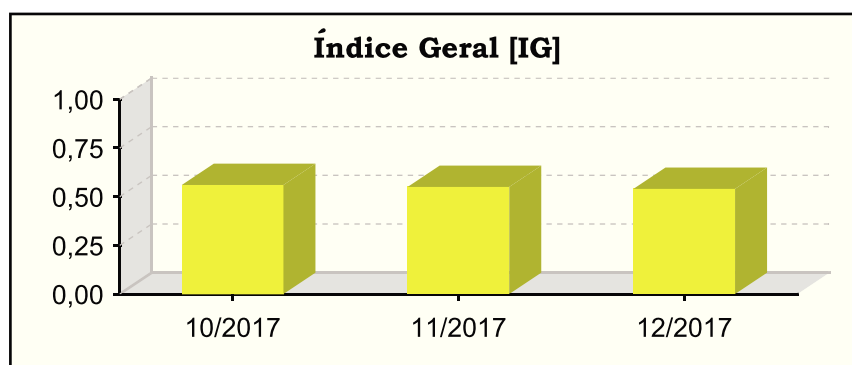
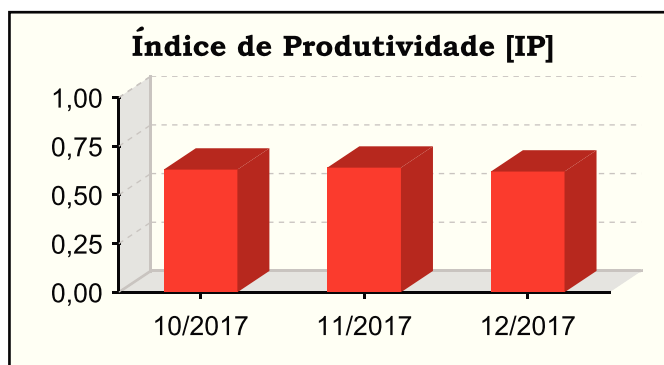
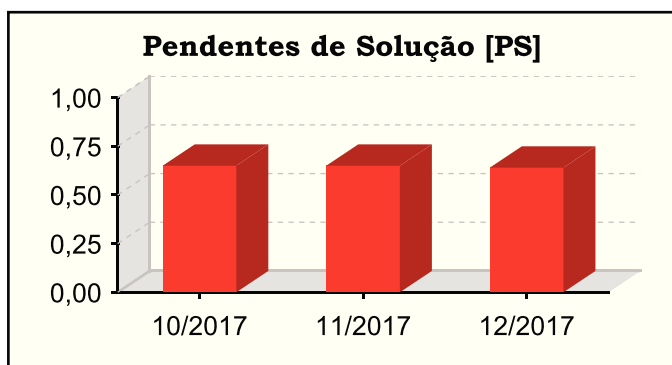
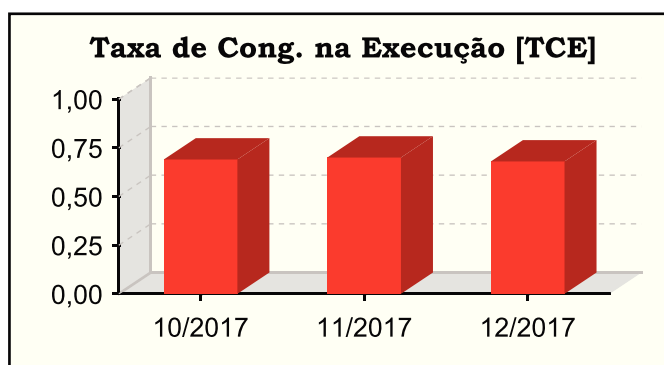
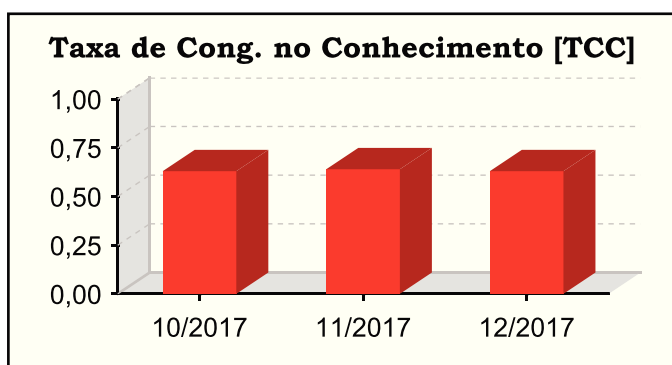




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,63	0,69	0,65	0,63	0,56
11/2017	0,64	0,70	0,65	0,64	0,55
12/2017	0,63	0,68	0,64	0,62	0,54





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.082	90,2	54,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.428	119,0	72,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.510	209,2	127,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	306	25,5	15,5
Incidentes Processuais Resolvidos	1.150	95,8	58,3
Dias-Juiz	592	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	30.797	88,5	49,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	35.337	101,5	56,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	66.134	190,0	106,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.652	30,6	17,1
Incidentes Processuais Resolvidos	27.335	78,5	43,9
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

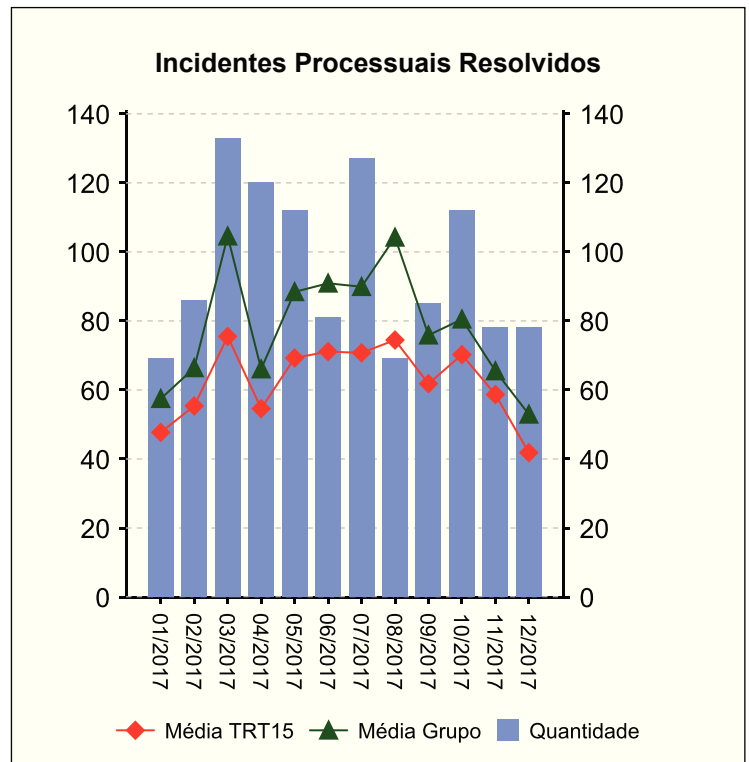
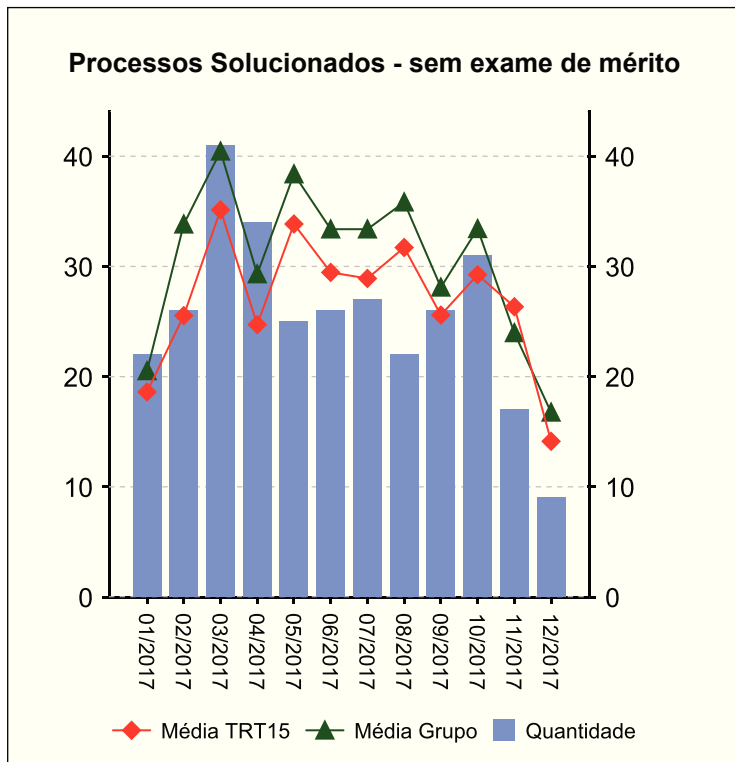
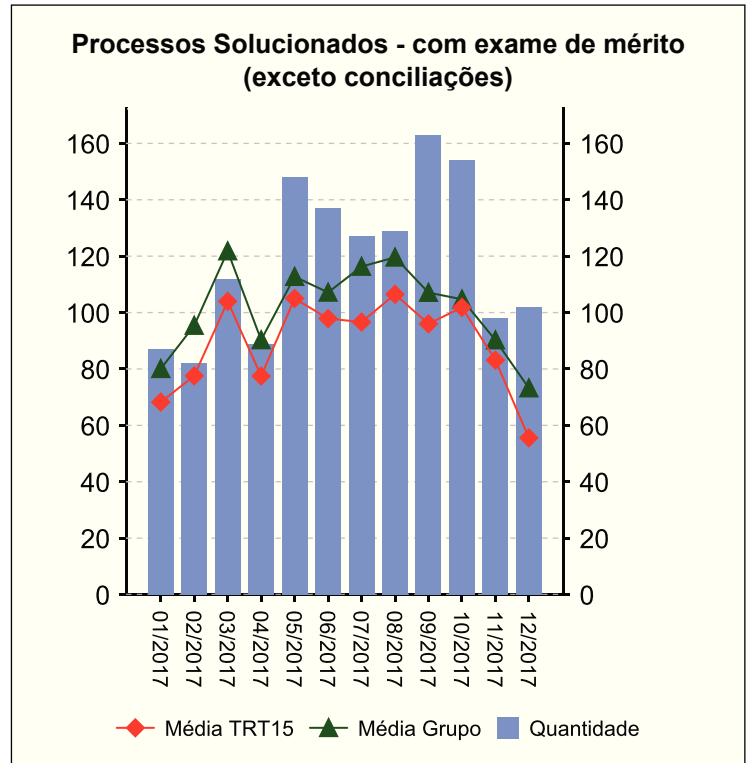
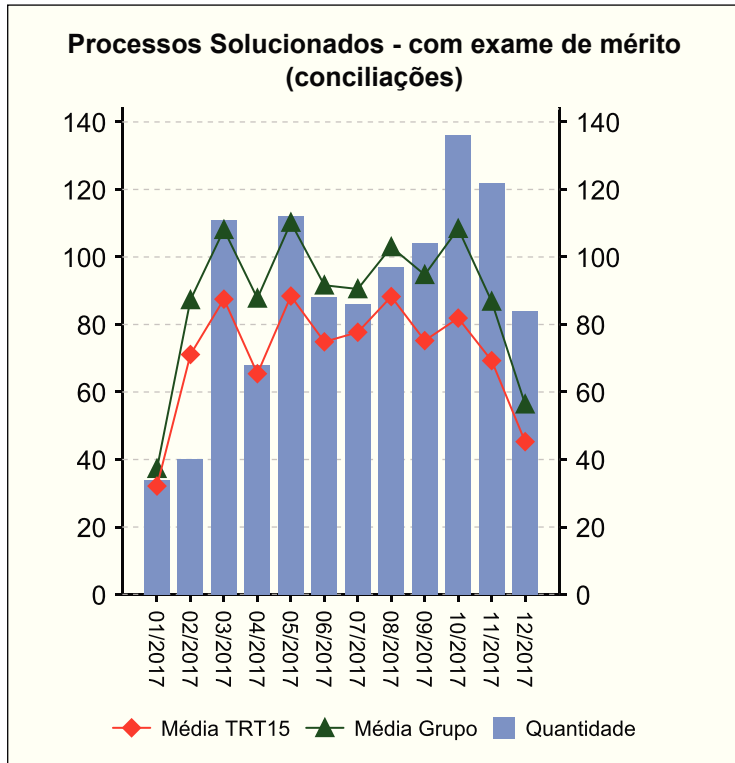
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	930	77,5	47,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.069	89,1	54,2
Sessões de audiência realizadas - una	705	58,8	35,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	609	50,8	30,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	184	15,3	9,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.774	147,8	89,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	793	66,1	40,2
Dias-Juiz	592	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.699	53,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

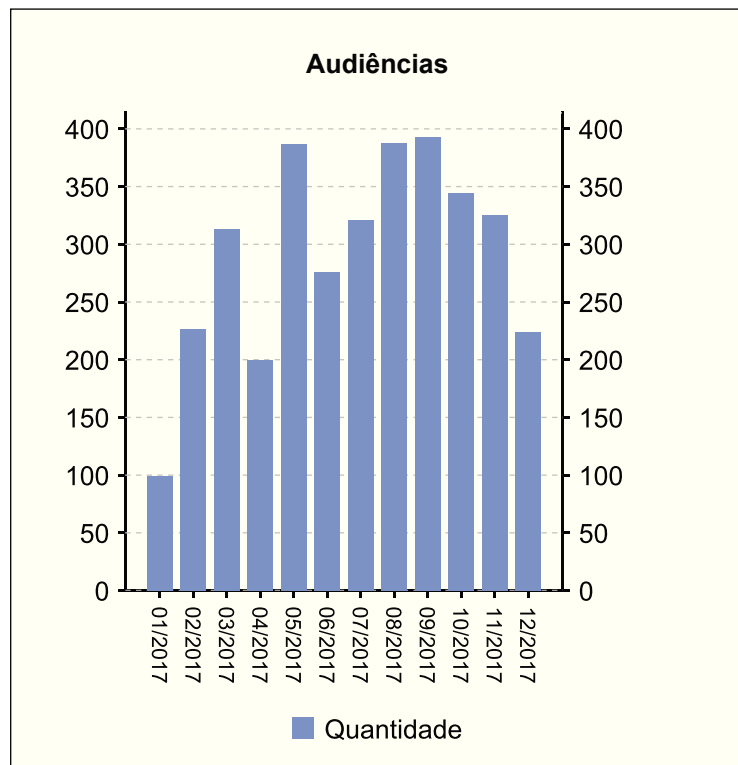


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

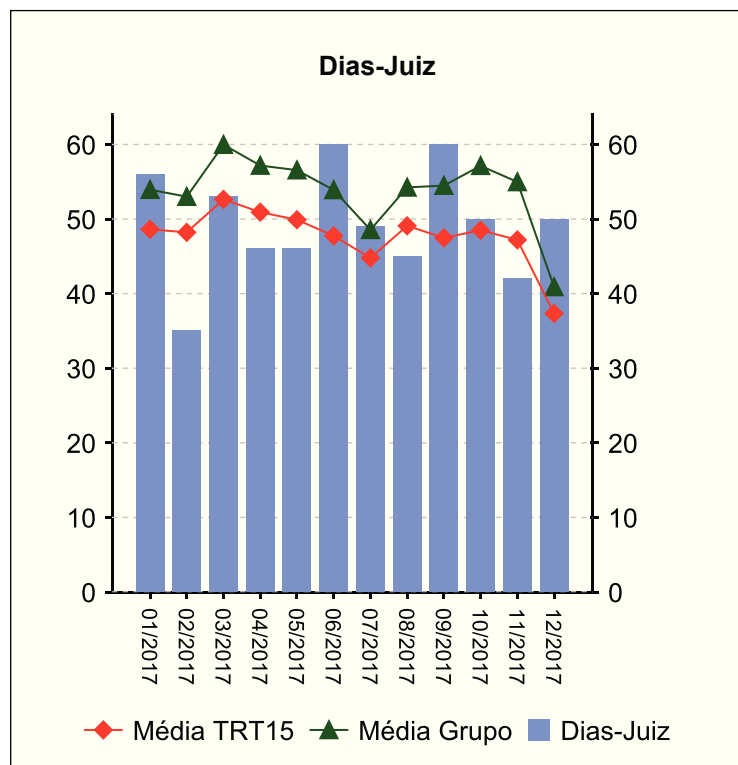
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	0	36	33	30	99
02/2017	11	22	73	75	46	227
03/2017	11	2	98	80	122	313
04/2017	1	0	78	53	68	200
05/2017	109	5	103	106	64	387
06/2017	40	2	74	109	51	276
07/2017	53	5	86	100	77	321
08/2017	92	12	118	96	70	388
09/2017	27	92	99	118	57	393
10/2017	62	20	85	112	65	344
11/2017	131	20	40	92	42	325
12/2017	72	4	40	95	13	224
Total	609	184	930	1069	705	3497



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	56
02/2017	35
03/2017	53
04/2017	46
05/2017	46
06/2017	60
07/2017	49
08/2017	45
09/2017	60
10/2017	50
11/2017	42
12/2017	50
Média Mensal	49,3



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	847	70,6	43,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.155	96,3	59,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.002	166,8	102,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	401	33,4	20,5
Incidentes Processuais Resolvidos	745	62,1	38,1
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.351	90,1	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	31.878	91,6	53,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	63.229	181,7	105,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.630	33,4	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	21.656	62,2	36,0
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

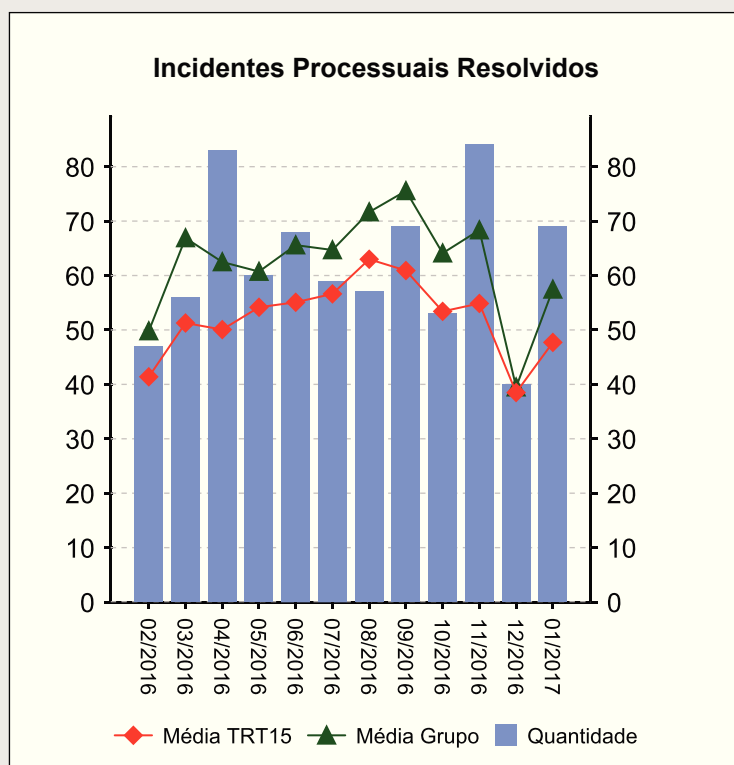
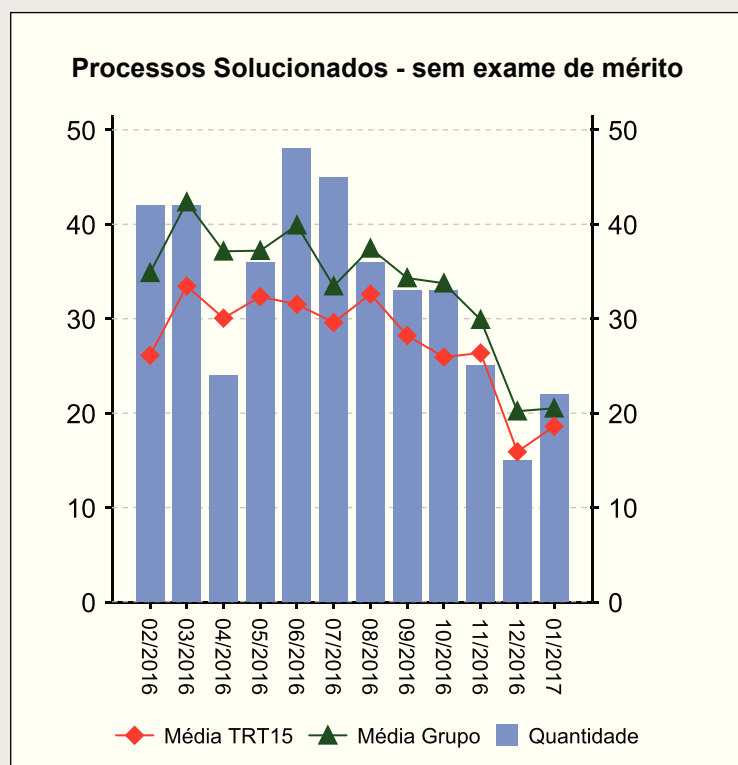
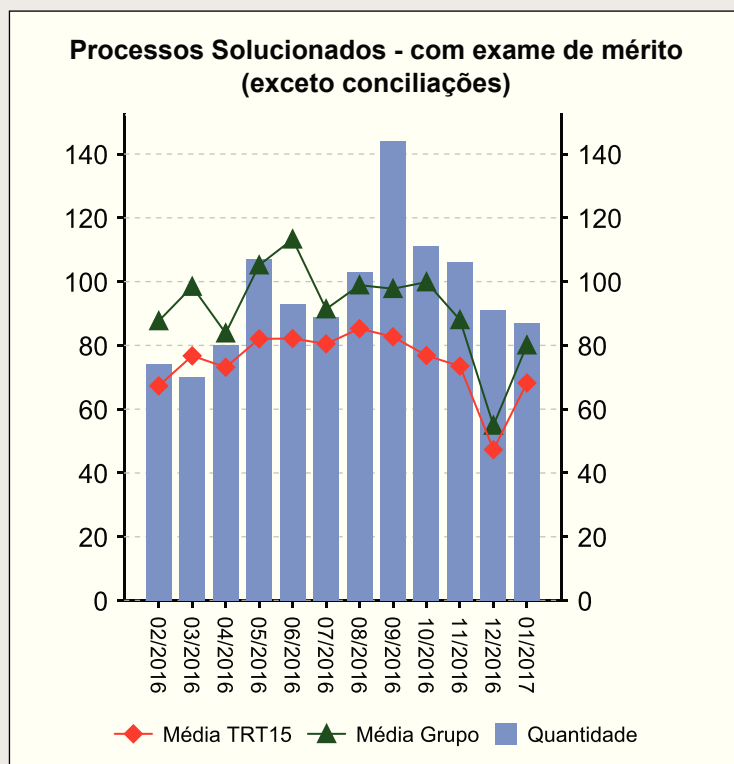
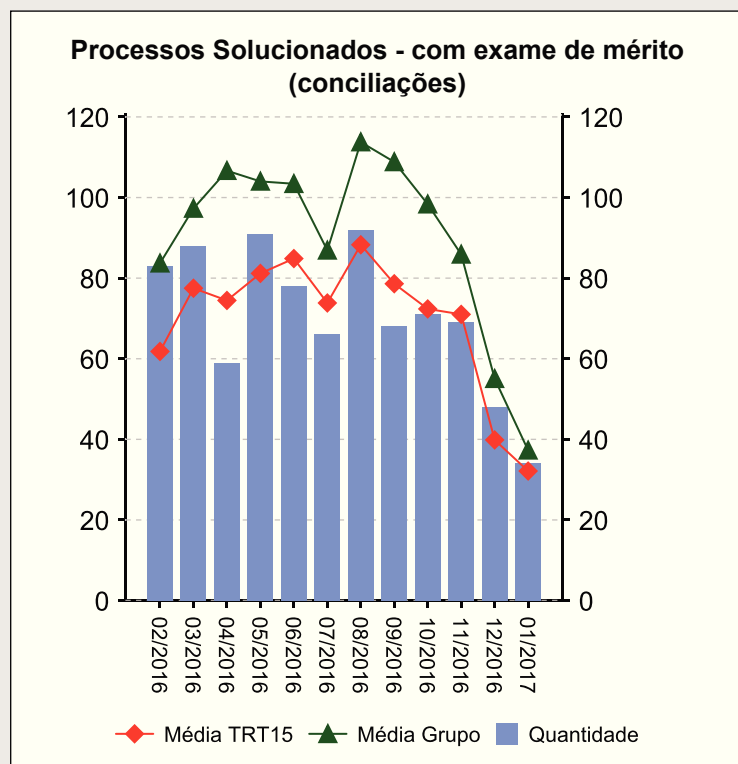


CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.472	122,7	75,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	809	67,4	41,3
Sessões de audiência realizadas - una	909	75,8	46,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	130	10,8	6,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	231	19,3	11,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.718	143,2	87,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	361	30,1	18,4
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.037	51,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



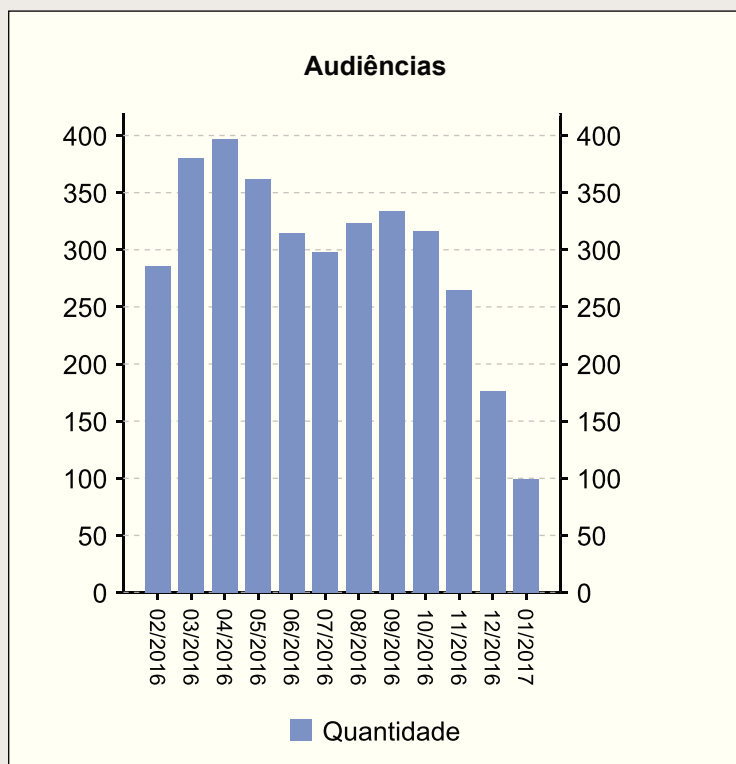
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

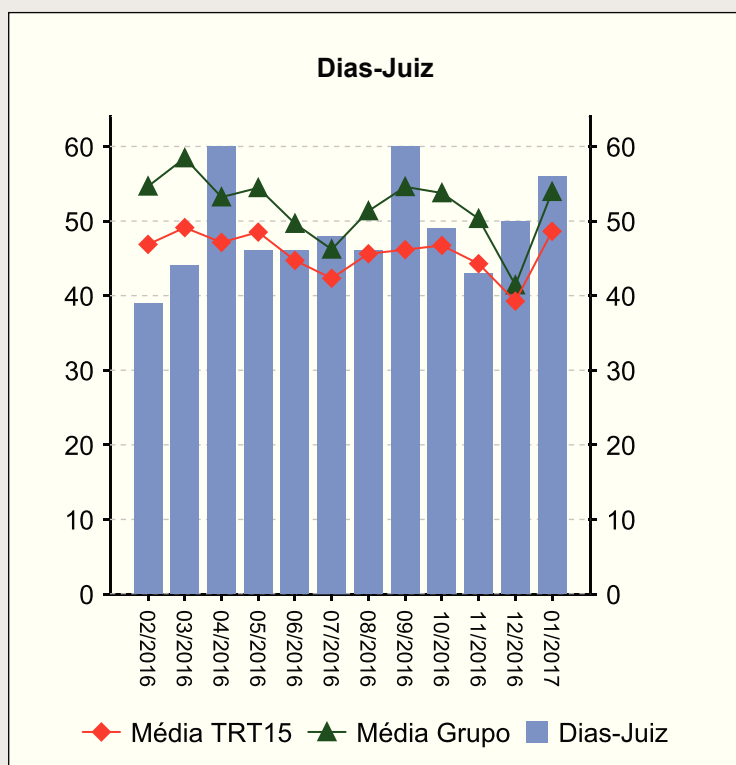
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	7	15	133	47	84	286
03/2016	0	39	189	68	84	380
04/2016	2	24	232	81	58	397
05/2016	0	35	177	68	82	362
06/2016	6	23	100	80	106	315
07/2016	10	15	102	69	102	298
08/2016	7	12	134	72	98	323
09/2016	7	27	115	99	86	334
10/2016	39	18	109	83	67	316
11/2016	43	10	85	56	71	265
12/2016	9	13	60	53	41	176
01/2017	0	0	36	33	30	99
Total	130	231	1472	809	909	3551



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	39
03/2016	44
04/2016	60
05/2016	46
06/2016	46
07/2016	48
08/2016	46
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	56
Média Mensal	48,9



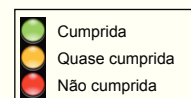
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

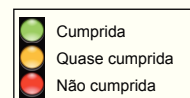
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2667	2816	2400	0	222	235	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

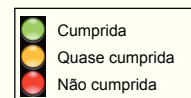
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2873	2586	2434	152	235	51	22 %	94 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
720	736	648	0	60	61	100 %





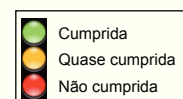
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

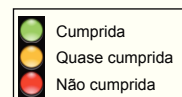
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
13	16	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
368	453	353	72 %





12 - ARRECAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 74.168,09	R\$ 153.615,37	R\$ 55,30	R\$ 699.622,87



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	1
2012	1
2013	4
2014	58
2015	421
2016	1142
2017	1972



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3299	12	1	13	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 2 assistentes de Juiz: Susete Andrea Sanchez Coutinho (assistente da Juíza Titular) e Carlos Wagner Rodrigues da Silva (assistente do Juiz Auxiliar Fixo).

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 19/03/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	19/02/2018	Data de corte:	12/02/2018
Saldo:	722	Saldo:	0
Data do mais antigo:	05/10/2017	Data do mais antigo:	–
		Total:	722

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No relatório de 12/2017 é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,54.

Esse índice vem registrando tendência de queda, considerando que em 3/2017 era de 0,62, até chegar a 0,54 no último relatório, no entanto, ainda acima das médias do Grupo e do TRT.

Esse resultado é composto por variáveis como a TCC – Congestionamento no Conhecimento e a TCE – Taxa de Congestionamento na Execução. Desde a última Correição, a primeira variável se mantinha estável, mas apresentou baixa no último relatório; a segunda mantém-se estável.

Além disso, como registrado no item anterior, foi informada a existência de saldo de processos sem tramitação inferior à metade da média trienal de processos recebidos. Ressalta-se que a Vara foi acompanhada por esta Corregedoria no projeto Apoia 15, com encerramento do plano de ação apresentado.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos 0011386-54.2015.5.15.0003, 0010992-47.2015.5.15.0003, 0011521-03.2014.5.15.0003;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos 0010884-52.2014.5.15.0003, 0010546-10.2016.5.15.0003, 0011804-26.2014.5.15.0003;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da descon sideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de descon sideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 02/04/2018, verificou-se a existência de 900 protocolos nos últimos 12 meses, sem pendências há mais de 2



dias, e INFOJUD (a exemplo dos processos 0011435-95.2015.5.15.0003, 0011663-70.2015.5.15.0003, 0002664-02.2013.5.15.0003);

16.5 – há audiências designadas em 5 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 184 no período de 1/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,64 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Sorocaba apresenta 64% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 49,3 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média de seu grupo (53,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 54,8 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 49,4). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, também de forma



proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) a média foi de 72,4, superior à média do grupo, de 56,7 (RARIA). Conseqüentemente, a média total de solucionados com exame de mérito foi de 209,2 (RARIA 127,2) na Unidade e, superior à do o grupo teve média de 190,0 (RARIA 106,1) no mesmo período. Esse resultado indica elevação desde a última correição, quando se registrou média mensal de 166,8 processos solucionados com exame de mérito, RARIA 102,3.

Nesse sentido, no ano de 2017 o índice de solucionados (item 8.2) foi de 105,59%, indicando que a Unidade solucionou mais processos (2816) que os recebidos no ano (2667).

Por tais motivos o Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional consigna seus elogios aos Juízes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

De toda forma, os esforços necessitam ser mantidos para alcance das metas nacionais, pois conforme item 11, não foram integralmente cumpridas no último ano: a Meta 2 do E. CNJ (julgar até 31/12/2017 pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, com 94% de cumprimento) e a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio da fase de Conhecimento, com 72% de cumprimento).

18 - AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 19/03/2018, há audiências agendadas com regularidade até: 25/01/2019.

JUÍZA TITULAR			
TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	–	–	–
INICIAIS/ Sum:	–	–	–
UNAS/ Ord:	25/01/2019	11	312
UNAS/Sum:	30/07/2018	7	133
INSTRUÇÕES/Ord:	25/01/2019	3	312
INSTRUÇÕES/Sum:	25/01/2019	–	312
CONCILIAÇÃO:	14/03/2018	–	0
MEDIAÇÃO:	05/04/2018	–	17



JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO			
TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	–	–	–
INICIAIS/ Sum:	–	–	–
UNAS/ Ord:	14/11/2018	7	240
UNAS/Sum:	10/07/2018	11	113
INSTRUÇÕES/Ord:	10/12/2018	1	266
INSTRUÇÕES/Sum:	10/12/2018	–	266
CONCILIAÇÃO:	14/03/2018	–	0
MEDIAÇÃO:	05/04/2018	–	17

Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada, utilizando o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta.

A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta, assim como processos cuja instrução dependa de prova pericial (anterior à prova técnica).

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

JUÍZA TITULAR							
DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	–	–	–	–	–	–
	tarde	–	–	–	–	–	–
terça	manhã	–	–	–	–	–	–
	tarde	–	–	–	–	–	–
quarta	manhã	5	–	–	–	–	5
	tarde	2	–	8	–	–	10
quinta	manhã	5	–	–	–	–	5
	tarde	3	–	7	–	–	10
sexta	manhã	7	–	3	–	–	10
	tarde	2	–	2	–	–	4

JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO							
DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	–	–	–	–	5
	tarde	5	–	6	–	–	11



terça	manhã	5	-		-	-	5
	tarde	3	-	7	-	-	10
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que todos os processos em que haja real probabilidade de acordo são incluídos em pauta de mediação/conciliação, independentemente da fase. Além disso, no caso de processos novos, se não houver regularização a fazer, são imediatamente incluídos na mediação, as quais são realizadas pelo CEJUSC, onde o Juiz responsável participa ativamente nas mesas de conciliação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados, média (RARIA) de 35,7 audiências unas e 54,2 de instrução, somando-se assim 89,9 dessas audiências mensalmente (RARIA). Esse resultado foi próximo da média verificada na última correição, de RARIA 87,8 audiências unas e instruções (item 10.2).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 445 dias, maior que o de seu grupo (353 dias), mas menor que o do Fórum (501 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 268 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 504 dias, o que indica haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Todavia, em comparação com o verificado na última correição, o prazo médio para encerramento da instrução aumentou de 379 para 445 dias, refletindo, em parte, a também



verificada ampliação do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências unas – de 154 para 312 dias no rito ordinário na pauta atual.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 1.205, quantidade 20% maior que a média de seu grupo (e semelhante à do Fórum), mas demonstrando tendência de diminuição desde a última correição (quando era de 1614).

Assim, pela melhora dos resultados, sugere-se análise do projeto “Mediação/UNA”, como boa prática, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – CONSTATAÇÕES:

Realizada a apresentação de dados para toda a equipe da 1ª Vara do Trabalho de Sorocaba, foi reunido o trio gerencial para orientações e esclarecimentos.

Considerando que a Unidade encerrou com êxito a execução do plano de ação proposto por ocasião da participação no Projeto Apoiar15, transcrevo o despacho proferido no Proad 177/2017, datado de 28/02/2018:

“A apuração dos dados extraídos para acompanhamento do Plano de Ação demonstrou que a 1ª Vara do Trabalho de Sorocaba alcançou a meta estabelecida, tramitando os processos constantes do passivo apurado em 01/06/2017, o que sem dúvida somente foi possível em razão do esforço e comprometimento de servidores e Magistrados da Unidade. Existiam 1.442 processos eletrônicos sem tramitação em 19/04/2017, os quais foram tramitados até janeiro/2018. Além disso, foi dado andamento a grande parte dos processos 'do dia'. Conforme apuração dos dados extraídos, para acompanhamento da Unidade após o encerramento, foi verificado que constaram 8 processos físicos e 263 eletrônicos 'do dia', considerando Plano de Ação 70 ou mais dias sem tramitação. A vara deve priorizar o andamento efetivo dos processos sem tramitação com prazo superior a 70 dias para manter os resultados obtidos e evitar a formação de novo passivo. Considerando que a Unidade encerrou com êxito a execução do plano de ação e tem indicadores na média das demais Varas do Fórum de Sorocaba, aguarde-se a realização da correição ordinária no ano de 2018 para novas deliberações”.



Por ocasião da presente correição ordinária, apurou-se que a unidade contava, até jan/2018, com apenas 67% da força de trabalho em relação ao ideal e, mesmo assim conseguiu reduzir a taxa de congestionamento no conhecimento de 0,64 para 0,59, de incidentes de 0,36 para 0,14, o prazo da liquidação foi reduzido de 0,57 para 0,54, os pendentes de solução de 0,70 para 0,64. A produtividade, por sua vez, teve leve melhora de 0,63 para 0,61, enquanto o índice geral foi reduzido de 0,63 para 0,53. Entre outras medidas, constatou-se que a MM. Juíza Titular, Dra. Maria Cristina, realizava a triagem inicial, bem como, elaborava a pauta de audiências da unidade. Como se vê, resta demonstrado que a equipe não mediu esforços para atingir os objetivos traçados no início da execução do plano de ação proposto, bem como, que o comprometimento de servidores e magistrados foi fundamental para o seu êxito.

Registra-se que a Unidade possui um dos maiores acervos processuais deste Regional (aproximadamente 9.000 processos em tramitação) e, no momento, está com quatro (04) servidores abaixo do total previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT e um (01) abaixo do previsto na Portaria GP nº 39/2017.

O Juízo deve atentar para o -relatório “convertidos em diligência” (e-gestão), uma vez que 107 processos foram convertidos nos últimos 12 meses (01/2017 a 12/2017).

Constatou-se que o atraso na liberação de valores decorre, dentre outros fatores, do elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestações, etc.), dificultando a gestão daquelas relativas a pagamentos e prejudicando a priorização na liberação dos valores depositados. A mesma inespecificidade ocorre com o cadastramento de petições de incidentes, impactando negativamente na estatística e taxas de congestionamento da Unidade. Nesse sentido, a Corregedoria sugere que sejam afixados comunicados, com orientações de procedimento aos usuários. O cadastramento específico e preciso de petições resulta na facilitação e melhora da gestão dos processos, sobretudo, em benefício dos jurisdicionados.

Constata-se que é intensa a realização de audiências nos processos da fase de execução, sendo que, uma vez por mês, há uma pauta própria de processos na fase de execução, realizadas pelo juiz responsável pela CGC.

Há acordos na fase de execução de grandes demandadas, onde a reunião de ações em um processo-piloto não enseja o arquivamento dos processos a ele reunidos, senão os seus sobrestamentos, até que ocorra a quitação, para posterior arquivamento definitivo.

Constata-se que, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, é da responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos



embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas tem sido cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minuta o despacho ou a decisão dá cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

As mediações ocorrem em três vezes na semana, sendo cinquenta audiências semanais, onde os processos da fase de execução têm audiência realizada pelo magistrado responsável pela CGC.

Uma segunda reunião foi realizada com os gestores de todas as unidades do Fórum, inclusive da CGC de Sorocaba, a fim de tratar de assuntos comuns a todas elas.

Primeiramente, é distribuído a cada um dos gestores número de processo para consulta e eventual tramitação, respeitada a ordem cronológica e plano de ação, se em curso.

Pauta:

1. **GESTÃO POR RELATÓRIOS.** Constatado que há tramitação de processos demandada, por vezes, no atendimento de balcão, a Corregedoria reitera a gestão de processos por relatórios, os quais são extraídos e observam a cronologia do processo.
2. **PROCESSOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA.** Número elevado de conversões em diligências, demandam cautela dos gestores.
3. **NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS.** O aceite dos municípios para o procedimento das notificações eletrônicas muito beneficiariam os atos de Secretaria, todavia não há qualquer interesse de suas partes. A Corregedoria insiste na prática, haja vista a precariedade da prestação de serviços dos Correios. Aliás, sugere que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, os gestores das unidades encaminhem um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.
4. **NOTIFICAÇÕES DEVOLVIDAS.** Há necessidade de que as notificações devolvidas não sejam automaticamente demandadas aos Oficiais de Justiça, o que requer melhor apreciação por parte das secretarias das varas.
5. **PROCESSOS COM PEDIDOS DE PERÍCIA FORA DA PAUTA.** 1ª VT. Marcação manual, despacho para defesa, com nomeação de perito, entregue o laudo. Em segundo despacho, para que manifeste o interesse na produção de provas em audiência de instrução. 2ª e 3ª VT, fazem três despachos: primeiro, com prazo



para defesa; segundo, para nomeação de perícia e terceiro, para que manifestem interesse em audiência de instrução.

4ª VT adota o mesmo procedimento da 1ª VT, salvo quanto à pauta que é automática, demandando a retirada de pauta.

6. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA PROCESSOS COM PEDIDO DE PERÍCIA.

1ª VT. Adota o controle de perícias plenamente, com comunicação direta entre partes e perito e juntada nos autos ao final do laudo, com esclarecimentos. 2ª, 3ª e 4ª VT. Datas fixadas para apresentação de laudo, impugnações, esclarecimentos.

7. PRAZOS PARA ENTREGA DE LAUDOS PERICIAIS. Em média, demandam 100 dias, o laudo pericial com esclarecimentos nos autos.

8. TRAMITAÇÃO COM EFETIVIDADE. A Corregedoria insiste que a tramitação com efetividade pressupõe a análise e realização de todos os atos que impulsionem os autos para o próximo ato, independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI, da Portaria GP-VPJ-CR 7/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.

9. ATENDIMENTOS NO BALCÃO. Considerando as reclamações de advogados quanto a atendimento de balcão, a Corregedoria entende que é necessário uma filtragem dos assuntos demandados aos gestores.

10. NOTIFICAÇÕES URGENTES (ANTECIPAÇÕES DE TUTELAS DE SINDICATOS.IMPOSTO SINDICAL). A prática corriqueira direcionada aos Oficiais de Justiça prejudica, em certa medida, a atuação deles para as diligências na fase executória do processo, o que merece ponderação, portanto.

11. PROCEDIMENTOS DA FASE DE LIQUIDAÇÃO. A título de exemplo, aponta a Corregedoria o procedimento implementado na Vara do Trabalho de Barretos. Notificação das rés, com determinação para depósito do valor incontroverso, seguido da liberação ao reclamante, no seu silêncio, a homologação do cálculo. À prática pode ser complementada a designação de mediação, que, se infrutífera, enseja a homologação de cálculos e citação para pagamento.

12. LIBERAÇÃO DE VALORES. No Fórum de Sorocaba, as instituições bancárias Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal encaminham e-mail ou, depois de impresso, encaminham os comprovantes de transferência, pagamento e recolhimento para as Varas do Fórum. As Varas não emitem as guias de recolhimento das contribuições sociais, porque os bancos o fazem. Verifica-se



que as partes juntam os comprovantes de pagamento de depósitos judiciais não acompanhados da guias de depósito correspondentes, tampouco, fazem a correta identificação, classificação ou enquadramento da petição de pagamento ou de pedido de liberação.

13. procedimentos para acordo na execução do Fórum
14. MELHORAR A INTEGRAÇÃO ENTRE GIE E OFICIAIS DE JUSTIÇA. É de suma relevância que o GIE realize as consultas prévias no EXE15, a fim de evitar expedição de mandados repetitivos. Ademais, que conste dos mandados a qualificação das partes, fazendo constar, não só o nome, como também, o CPF da parte.
15. PROCESSO PILOTO NO ÂMBITO DO FÓRUM.
16. CEJUSC – atuação de servidores das Varas;
17. MEDIAÇÕES COM EFEITOS. 1ª VT. Não concorda com a mediação com efeitos de INI/UNA ou revelia. 2ª VT. Mediação no conhecimento, por servidor da secretaria, tem efeitos de arquivamento e revelia, se o caso. 3ª e 4ª VT realizam a mediação sem efeito, como na 1ª VT.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – certificar no processo eletrônico quando houver suspensão da tramitação do feito, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

20.2 – que os servidores sejam estimulados a realizar o curso “Atendimento ao Cidadão” promovido pela Escola Judicial, com período de realização permanente, na modalidade a distância.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 2, E. CNJ (identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em



relação ao ano base 2016), respectivamente, com 94% e 75% de cumprimento.

21.2 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

21.3 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 02/04/2018 e 04/04/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010872-33.2017.5.15.0003	Processo na tarefa “Aguardando Audiência”, com audiência realizada em 21/3/2018, sem nova audiência designada mas com determinação de designação de nova audiência. Há outros em situação semelhante.	Regularizar o fluxo processual, atentando-se para o correto lançamento dos dados, para que haja transparência no andamento processual, intensificando a gestão para que permaneçam na tarefa apenas os processos que aguardam realização de audiência futura.
2	0010225-38.2017.5.15.0003	Processo eletrônico com prioridade na tarefa “Aguardando Laudo Pericial” desde 22/11/2017. Petição da parte reclamada relatando “o perito judicial nomeado deveria apresentar seu laudo pericial de engenharia às partes em até 21/02/2018. No entanto, até o presente momento, isso não ocorreu, bem como ainda não houve agendamento da perícia”. Há outros processos em situação semelhante.	Dar prosseguimento ao feito e intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos.
3	0012783-17.2016.5.15.0003	Processo eletrônico na tarefa “Preparar Ato de Comunicação” com sentença proferida em 6/11/2017. Há outros processos em situação semelhante.	Dar andamento ao processo, intensificando a gestão das tarefas intermediárias, nas quais os feitos não devem ser mantidos.
4	0002341-94.2013.5.15.0003	Processo eletrônico na tarefa	Verificar o fluxo processual em razão das



		“Análise de Liquidação”, aparentemente, ainda pertencente à fase de conhecimento, com última tramitação em 31/1/2018, com contrarrazões desde 10/2017.	contrarrazões pendentes.
5	0075300-73.2007.5.15.0003	Processo físico arquivado definitivamente, mas indicado no relatório do e-GESTÃO como Requisitório de Pequeno Valor – RPV pendente. Há outros processos em situação semelhante.	Verificar o relatório de pendências de Requisitório de Pequeno Valor – RPV do e-GESTÃO e regularizar o lançamento no SAPIG de valores já pagos (informando “RPV – valor quitado”), para a transparência dos dados no e-GESTÃO.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Fez-se presente o Dr. Fernando Camolesi Flora, OAB/SP 147.173, ratifica o pleito de criação de posto avançado no município de Votorantim, bem como, tece elogios ao CEJUSC de Sorocaba.

Compareceu a Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da 24ª Subseção de Sorocaba representada por seu Presidente Dr. Márcio Rogério Dias e pelo Presidente da Comissão do Exercício da Advocacia Trabalhista Dr. Renato de Freitas Dias. Em síntese, identifica que há desequilíbrio entre a demanda processual no fórum e a estrutura ali existente, resultando na demora excessiva para a solução de processos. Ilustra-o apontando a pauta de audiências inicial/una com agendamentos para o final de 2019, bem como, o prazo médio superior a 500 dias apurados entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença. Reconhece a limitação orçamentária vivida por esta justiça especializada e sugere que seja realizado um estudo com o propósito de apurar unidades cuja manutenção não se faça necessária, transferindo-se assim toda a sua estrutura para o fórum de Sorocaba, quiçá com a instalação de mais uma vara, para uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. Coloca -se à disposição deste Tribunal para a busca de soluções.

Especificamente quanto à 1ª Vara do Trabalho de Sorocaba, aborda os seguintes aspectos: envio de laudos periciais diretamente aos advogados das partes e vice-versa, bem como, o fato de os peritos não juntarem a manifestação dos advogados nos autos. Nesse aspecto, a Corregedoria esclarece que foi constatado que, em regra, os peritos anexam a manifestação do advogado. Não o fazem, em caráter excepcional, quando a manifestação é muito extensa.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A Meritíssima Juíza Titular, Maria Cristina Brizotti Zamuner, e o Meritíssimo Juiz Substituto Auxiliar Fixo, Alexandre Chedid Rossi, residem na jurisdição.

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

24.3 – Foi informado pelo Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 177/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 13 de abril de 2018, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na Internet.